

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO À APRENDIZAGEM DO TRT DA 8ª REGIÃO – REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2023, ÀS 15H

Participantes:

TRT8: Desembargadora Maria Zuíla Lima Dutra, Juízas Vanilza de Souza Malcher e Ádria Lena Furtado Braga, servidoras Rosineide do Santos Marques e Milane Rodrigues Mendonça Guedes Irmã Marie Henriqueta

A Dra. Maria Zuíla abriu a reunião informando que a Vara Itinerante de Oiapoque, que ocorrerá no início de julho, contará com a presença do Presidente do TST, além da possibilidade da presença da presidente do Supremo Tribunal Federal, como também está marcado outro grande evento em novembro de 2023 sobre Direitos Humanos e Sustentabilidade que vai envolver os três Tribunais da Região Norte, em Belém. Esses dois eventos dificultam a vinda do Ministro Lélío Bentes para o evento do Marajó. Diante dessa realidade, foi acertado com a Juíza Auxiliar da Presidência do TST (Dra. Gabriela) a realização do evento do Marajó para o período de 13 a 17 de maio de 2024, véspera do dia 18 de maio, que é um sábado, Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a ocorrer na cidade de Breves, que fica próximo a outros municípios envolvidos na exploração sexual de crianças e adolescentes. A ideia do Ministro Lélío é a de tentar trazer a Ministra dos Povos Indígenas e o Ministro dos Direitos Humanos.

A Irmã Henriqueta confirmou que Breves possui hotéis de boa qualidade e que a universidade é usada para eventos grandes. Disse ainda que a Igreja tem bom espaço, que o povo da localidade é bem sensibilizado, muito organizado e estão muito abertos para dialogar, logo, não haveria dificuldade para mobilização, inclusive dos municípios próximos: Bagre, Portal, Anajás e Melgaço.

A Dra Vanilza questionou: qual a ideia do evento? quantos dias? o que está se propondo? o que se pensam fazer? A Dra Zuíla falou ser importante levar para o TST alguma ideia de proposta.

A irmã Henriqueta propôs um diálogo com as bases locais, que inclui profissionais muito capacitados profissionalmente e engajados com as questões sociais (professores e psicólogos). Sugere ouvirmos a Comissão de Justiça e Paz sobre o que é fundamental, sem deixar de tratar da exploração sexual e outras questões muito sérias. Entende que a presença do Ministério dos Direitos Humanos será muito bom. A população precisa falar sobre as dificuldades de conseguir emprego e renda, como também das mazelas que causam a exploração sexual, que não resume em crianças saindo para as balsas ou indo para os portos, nas beiradas dos rios. Existem outras questões muito sérias e graves, então poderíamos aproveitar a presença das autoridades para atingir o que precisa ser atingido. Lembrou de uma criança de 9 anos que lhe fez um questionamento: “tia vocês lutam tanto para tirar a gente da balsa, mas o que vocês tem a nos oferecer se a balsa é nosso meio de sustento?”. Propõe que venham dois ou três membros da Comissão de Justiça e Paz para um encontro presencial no TRT8.

A Dra Vanilza disse ser muito importante a fala da irmã Henriqueta. Falou que esta é a razão pela qual a Comissão do TRT8 nunca se arvorou estar no Marajó “apenas para dizer não, nós queremos levar um sim. E dentro das limitações da Justiça do Trabalho, temos umas limitações cruciais diante das necessidades dessa população da região do Marajó. E nos incomoda muito dizer apenas não”. Entende que chegar lá fazer um seminário, uma roda de conversa não tem efetividade. Concorda com a irmã Henriqueta que esse evento deve ser construído com a base, o que tem relação direta com o Projeto “Judiciário Fraternal”, que vem sendo desenvolvido desde 2022 e construído com a comunidade. No encontro ocorre escuta, diálogo e apresentação do projeto. A partir daí, vamos em busca de atender as demandas, dentro de nossas possibilidades. Já estivemos em Soure e

Salva Terra levando o Judiciários Fraternal e foi muito bom. Trabalhamos com crianças, adolescentes, mulheres e agora com deficientes, unindo três Comissões do nosso Tribunal, está sendo um projeto muito interessante. Temos mais de um ano para organizar.

A Dra Zuíla reafirmou a necessidade de não só dizer não ao trabalho infantil, mas dizer o sim em busca da manutenção das famílias para que tenham as suas formas de sobrevivência. Disse que o Judiciário Fraternal corresponde mais ou menos à busca do sim, dentro das nossas limitações. A EJUD, representada pela servidora Rosineide Marques, já disse que assume os custos da vinda dos Ministros.

A irmã Henriqueta disse que seria importante realizar a reunião em Breves porque valoriza a comunidade que se sente muito esquecida.

A Dra Zuíla perguntou quem seriam as pessoas de lá que participariam do encontro conosco.

A irmã Henriqueta informou que hoje tem um grupo chamado Marajó Vivo que tem representações bem interessantes, várias associações, a Comissão Justiça e Paz, a Universidade, Professora Jaqueline que contribui muito com a CJP, ela fez uma pesquisa muito interessante sobre a infância marajoara, chama também representantes da Pastoral da Criança de Portel, de Bagre, um representante de cada Município. Disse que essa articulação ela pode fazer.

A Dra Ádria defendeu sondagem de datas que o Ministro pretende passar aqui para pensarmos se fazemos três ou cinco dias aproveitando o máximo a presença dele na programação.

A Dra Vanilza disse que acha que o Ministro vai passar 1 (um) dia e a gente faz a programação de acordo com esse diálogo que ocorrerá com a população local, deixando o principal dia do evento para quando ele estiver. Que é plenamente ajustável, inclusive há possibilidade de haver imprevisto e ele nem poder vir. Mas, todos os dias serão fundamentais porque certamente teremos outras personalidades que podem contribuir com o evento. Se o que for demandado pela comunidade levar uma semana toda de evento estará disposta, pois como disse a irmã Henriqueta, uma semana é pouco para tantos problemas.

A irmã Henriqueta falou que acha que não será possível realizar uma semana inteira de evento, mas há as localidades para serem visitadas para ver a situação real, chegar até o Rio Tajapurú, em Breves, na comunidade Antônio Lemos, que não é distante, basta uma organização logística. Um evento de dois dias envolvendo a população a gente consegue, mas a semana inteira acha impossível porque as pessoas trabalham.

A Dra Vanilza falou que dá para fazer a semana toda porque no mínimo leva o curso de informática, que faz em uma semana com os voluntários e padrinhos, com turmas de manhã, tarde e até à noite. São muitas atividades para adolescentes e mulheres, incluindo diversos cursos (bolos e doces, design de sobancelha, design de unhas e outros).

Ficou marcado o período de 10 a 14/07/2023 para fazer a reunião com as bases locais e o Judiciário Fraternal de Breves.

A Dra Zuíla falou que depois desse encontro que poderemos levar ao TST a nossa proposta.

A Dra Vanilza propôs conversar com o Juiz Saulo de Breves para organizar alguma comunidade para o Judiciário Fraternal, já que vai ser julho, mês de férias escolares.

A irmã Henriqueta quer marcar uma data para apresentar pessoalmente o projeto Fomento do

Protagonismo Infanto-juvenil com a formação de 80 adolescentes, 40 da Capital e 40 no Marajó, convida do o TRT8 para ser parceiro, com monitoramento, bolsa, depois incluindo os jovens como aprendizes no mercado de trabalho, ajudar como professoras, na equipe técnica entre outros aspectos.

A Desembargadora Maria Zuíla e a Juíza Vanilza, Gestoras Regionais do Programa, agradecem a participação de todos e encerram a reunião.

MARIA ZUILA LIMA DUTRA

Desembargadora Corregedora Regional – Coordenadora da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT da 8ª Região

VANILZA DE SOUZA MALCHER

Juíza do Trabalho - Vice-Coordenadora da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT da 8ª Região

ÁDRIA LENA FURTADO BRAGA

Juíza Substituta - Gestora Regional

ROSINEIDE DOS SANTOS MARQUES

Secretária da Comissão

MILANE RODRIGUES MENDONÇA GUEDES

Membro da Comissão